

Intolerância
*Preconceito e hostilidade
no ensino superior são
reflexos da realidade
brasileira*

Diversos, mas iguais

TEXTO
EVERTON CARDOSO

IMAGENS
OBRAS DE SANDRO KA

Rebanho, 2011
Gesso e borracha, 22x35x18cm
Acervo MACRS (Porto Alegre, RS)
Foto: Santo Clic

Exu das almas, de pé e sobre pedestal, fala a um submisso grupo de cordeirinhos coloridos; Jesus Cristo, do alto de sua posição celestial, olha para um veado que, deitado, desvia e baixa o olhar; Vênus de Milo, sem braços e em pose sensual, fita um fogão com utensílios de cozinha. Nas combinações entre o sagrado e o profano, o mitológico e o real, o monumental e o infantil, o artista e doutorando no PPG em Artes Visuais da UFRGS Sandro Ka propõe uma reflexão sobre as relações de poder existentes na sociedade e que estão relacionadas às diferenças. Resultantes de contingências históricas e de processos de dominação, essas hierarquias acabam por apagar a diversidade inerente aos seres humanos e a tornam elemento discriminatório; naturalizam-se, assim, os desníveis.

Dentro do contexto da UFRGS, o clima é, de alguma forma, uma manifestação análoga à que o artista visual já vem propondo em seus treze anos de carreira. Contestação e inconformismo têm sido, recentemente, a reação de parte da comunidade universitária diante de atos de violência mais explícita como o de um estudante indígena agredido por um grupo em frente à Casa do Estudante Universitário (CEU); como os cartazes com os dizeres “Menos empoderamento, mais empudramento” fixados em alguns centros acadêmicos; como a suástica – símbolo usado pelo nazismo – pichada sobre um cartaz que promovia a diversidade de gênero na Faculdade de Direito. Esses atos explícitos que ganharam visibilidade na mídia e nas redes sociais mostram o quanto a convivência na diversidade é, tanto dentro como fora do contexto universitário, uma questão sempre latente. Levam, ainda, a pensar, debater e combater as pequenas violências cotidianas motivadas principalmente por preconceitos étnico-raciais e de gênero.

Dentro do espírito de desvelamento dessas relações desiguais e das consequências delas para a convivência dentro do ambiente da UFRGS, o Caderno JU empreendeu uma incursão por esses temas e procurou coletivos de estudantes para ouvi-los. A partir disso, rastreou processos e ações da Universidade para entender como a instituição vem se posicionando diante de tais casos. Finalmente, propõe uma reflexão com pesquisadores e docentes que se dedicam a observar e problematizar essas relações de poder marcadas pela desigualdade.



Preconceito

Era sábado, 19 de março deste ano, 1h38 da madrugada. Uma câmera de segurança registra um grupo de jovens na calçada da Avenida João Pessoa, próximo da entrada da Casa do Estudante Universitário (CEU). Dois outros jovens se aproximam: são o estudante indígena Nerlei Fidelis – aluno da Medicina Veterinária na UFRGS e cotista – e seu primo Arenilson Salvador, ambos Kaingang. Eles passam pelo grupo, retornam – dizendo algo – e se dirigem à escada que dá acesso à Casa. Quando chegam à porta, voltam-se para o grupo. Parece haver trocas de palavras – o que não é audível, já que o som não foi registrado. Descem até a calçada e, depois de quase cinco minutos do que parece ser uma discussão acalorada, Arenilson levanta a camiseta, como quem mostra não trazer nada escondido. Nesse momento, todos se deslocam e saem do campo enquadrado pela câmera. Quando voltam a aparecer, o grupo que estava na calçada já agredia os indígenas. Arenilson se desvencilha e foge para o meio da rua. Apesar de o seguirem, consegue distanciar-se e esquivar-se. Nerlei, no entanto, cai. Continua sendo atingido por socos e pontapés. O primo tenta voltar até a calçada, mas é escorraçado por dois dos integrantes do grupo. Um deles, inclusive, o ameaça com chutes que, não fosse a distância, teriam atingido a face do indígena. Vê-se que Nerlei segue deitado na calçada; três dos jovens não estão visíveis na imagem. Passados sete minutos, desde o início da cena registrada pela câmera de segurança, o grupo foge. Arenilson volta até Nerlei e o auxilia.

“O que esses índios estão fazendo aqui?”, teria perguntado um dos estudantes que estavam na calçada, segundo o relato de Marcos Vesolosquzki, parente dos indígenas, estudante de Direito e integrante do Coletivo Indígena da UFRGS. “Meu tio foi tirar satisfação e disse que era um direito nosso, um espaço que estamos ocupando”, conta sobre a reação de Nerlei na situação. A cena percorreu as redes sociais, foi divulgada amplamente na mídia e atraiu para a Universidade muitos olhares. Quatro dias depois, a instituição emitiu nota em repúdio a práticas violentas que envolvessem a comunidade acadêmica, independentemente de onde aconteçam. “Todos os procedimentos para a apuração dos fatos estão sendo tomados, bem como as providências necessárias pelas instâncias pertinentes”, dizia o texto publicado no site da UFRGS. “Ele sofreu agressão física. Teve que trancar o curso e foi para o interior”, relata Marcos ao manifestar indignação com o fato de os acusados pela agressão ainda estarem frequentando as aulas. E conta sobre a cena registrada pelas câmeras e testemunhada por estudantes que moram na CEU: “Quando os envolvidos foram identificados, alegaram que os indígenas estavam armados”. Para ele, o principal problema é o fato de a Universidade ter um processo lento: “Dá a impressão de que ampara essas pessoas que cometem agressões e que têm preconceito”.

Em contraponto à avaliação feita pelo estudante de Direito, a coordenadora do Núcleo de Assuntos Disciplinares (NAD) da UFRGS, Vera Regina da Cunha, diz que parte significativa do que é percebido como morosidade da instituição ou como negligência, na verdade, é fruto dos trâmites que devem ser seguidos, segundo a legislação vigente. Primeiramente, ela explica que, para que um processo disciplinar

seja admitido, é preciso que preencha três pré-requisitos: a denúncia tem de ter fundamento, ser apresentada por escrito e ter autoria, ou seja, não pode ser anônima. Se estiver de acordo com esses critérios, então, o NAD recomenda a abertura de processo. É importante ressaltar que, no caso de estudantes, as medidas disciplinares devem seguir a Resolução 7/2004, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Entre outras coisas, o documento prevê os tipos de infrações e as punições que devem ser aplicadas em cada caso. Podem ser enquadrados nessa legislação atos previstos pelas leis penais, ofensa à integridade física ou à saúde de alguém e violência que resulte em lesão ou morte; elas são avaliadas por uma comissão formada por dois professores e um estudante – se o acusado for um servidor público, o processo segue a orientação da Lei 8.112/1990, que estabelece que o julgamento deve ser feito apenas por servidores estáveis do quadro da instituição.

As punições aos acadêmicos, a depender da gravidade, podem chegar ao desligamento. Vera ressalta, porém, que há alguns procedimentos que devem ser assegurados durante a tramitação do processo: “O acusado tem direito de assistir a todos os depoimentos, isso está previsto em lei. É o que se chama de ‘direito de contraditória e ampla defesa’”. Isso quer dizer que, acompanhado ou não de advogado, o implicado não só pode estar presente nas oitivas dos denunciadores e das testemunhas, como pode fazer perguntas. Ainda, há uma exigência de que o processo corra em sigilo – por isso o nome dos acusados de agressão não é tornado público, o que justifica não terem sido ouvidos para esta reportagem. Se não forem respeitados os parâmetros estabelecidos legalmente, o resultado final pode ser anulado. Nesse sentido, no caso da agressão a Nerlei, a coordenadora do NAD aponta um entrave para o processo: ele foi convocado para depor, mas não compareceu. O estudante indígena, no entanto, registrou queixa na Polícia Federal e, de acordo com Marcos, já prestou depoimento.

O indígena Eleonir dos Santos Fidelis também estuda na UFRGS; é acadêmico de Educação Física e integra o mesmo Coletivo. Era ele que Nerlei ia visitar naquela noite, na CEU. “Ele conhecia todo mundo, tinha morado na Casa”, conta. Eleonir diz que nunca sofreu preconceito dentro da Universidade e que foi muito bem recebido por colegas e professores. Mas ressalva: “Tem pessoas que não gostam de indígenas. Se a Universidade não fizer nada, acaba estimulando que aconteçam essas coisas. Não tem punição.” Marcos relata que estar na UFRGS, para eles, não é um processo fácil, sobretudo em razão das diferenças culturais. Depois de um episódio de violência, diz que isso ficou ainda mais complicado. “Muitos indígenas ficaram apavorados com a agressão e com medo de ir para os cursos. Mas nos mobilizamos enquanto coletivo para cobrar um posicionamento da Universidade. Estamos atentos. Não foram nem ouvidos todos os implicados”, critica. E acrescenta: “Estamos num momento em que as pessoas que têm algum ódio ou preconceito têm se sentido no direito de manifestar isso, e até mesmo de agredir. Se a instituição não tomar alguma providência, a tendência é aumentar”.

No contexto universitário, porém, são frequentes também os casos de preconceito e assédio por conta do gênero e da orientação sexual. No caso das mulheres, têm vindo à tona muitas

O Peso das Coisas, 2012
Gesso e porcelana, 15,5x11x18cm
Acervo MARGS (Porto Alegre, RS)
Foto: Santo Clic



e reação



denúncias e uma forte oposição tanto ao que se tem chamado de ‘cultura do estupro’ quanto às normatizações sociais que lhes impõem um lugar ao qual historicamente têm sido relegadas. No contexto acadêmico, são frequentes os casos que, isolados e dissimulados, acabam por ficar escondidos – seja por serem, de alguma forma, naturalizados socialmente, seja porque os agressores o fazem de forma bastante discreta e sem testemunhas. Nesse sentido, têm surgido coletivos e agrupamentos para que as mulheres se conheçam, se identifiquem umas com as outras e se apoiem na busca por proteção e solução. Exemplar, nesse sentido, é o Manas da Computação, que reúne alunas dos cursos de Ciência e Engenharia da Computação da UFRGS e tem por objetivo lidar com questões do dia a dia das acadêmicas.

Integrante do grupo, a estudante de Ciência da Computação Roberta Robert diz que uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres no contexto universitário é que existe uma tendência de “colocar panos quentes e resolver em casa”. Para casos mais sérios, porém, esse tipo de atitude não é considerada suficiente: “Há uma preocupação de que o nome da instituição acabe sujo, por causa de episódios isolados. Mas eles acontecem”. Roberta conta que há casos de estudantes que se afetam emocionalmente por causa do constante assédio por parte dos homens da comunidade universitária: “Conheço uma menina que trancou o curso por um ano. Ela era mais sensível e começou a sentir como se tivesse virado um pedaço de carne. Era um pouco pelo ambiente. Parou de se vestir como gostava, começou a vir cada vez mais tapada, sem usar maquiagem”. Nesse sentido, o que parece um simples elogio por parte de um homem pode não parecer o mesmo para aquela que o recebe; isso pode despertar, na mulher, uma série de sentimentos a partir de experiências negativas que tenha tido; e mais, dependendo de quem vem é invasivo. “Nosso problema é chegar às instâncias que têm mais poder e conseguir apoio para lutar por nossas questões. Conseguimos iniciar, mas precisamos de mais diálogo”, avalia. Na unidade em que estuda, Roberta já percebe uma movimentação interessante: as professoras estão organizando uma assembleia para conversarem. “Querem que o processo de denúncia seja mais direto e impessoal”, pontua. E sintetiza sobre as diferenças marcadas pelas estruturas sociais que cristalizam a diferença entre os gêneros: “Quanto mais hierarquizada e tensa é uma relação de poder, mais frágil ela é”.

Ademais, na sociedade, e o ambiente acadêmico não foge a isso, são frequentes as piadas que, mais ou menos sutilmente, ridicularizam os homens em razão da orientação sexual. De acordo com o estudante de quarto semestre do curso de Políticas Públicas Darlam do Nascimento, muitas vezes esses comentários pejorativos acontecem na sala de aula, até mesmo por parte de docentes, e sequer têm conexão com o tema tratado. Por parte da UFRGS, Darlam, que é membro do Coletivo Ovelhas Negras – onde trata de temas raciais e de gênero – percebe haver uma espécie de discurso pronto: “Não existe muita prática com respeito à diversidade. Quando casos acontecem e são denunciados, morrem na Ouvidoria”. O órgão mencionado pelo estudante é aquele cuja competência é acolher e encaminhar sugestões, reclamações,

elogios e denúncias aos diversos setores da instituição. Também tem a responsabilidade de acompanhar as providências tomadas e garantir uma resposta ao caso. De acordo com a ouvidora da Universidade, a professora Ana Maria e Souza Braga, as demandas são encaminhadas aos dirigentes das diversas unidades; a estes, por sua vez, cabe analisar, averiguar e responder. Neste caso, o processo pode ser feito a partir, inclusive, de uma denúncia anônima – que pode ser encaminhada presencialmente, pelo site, por e-mail, telefone ou carta. “Mais recentemente, as pessoas têm descoberto que o papel desempenhado pela Ouvidoria não existe em outros setores”, afirma Ana sobre um processo que é marcado por discricionariedade e encaminhamento. Na opinião de Darlam, no entanto, medidas como essa não são suficientes. Ele acredita que uma comissão designada especificamente para cuidar de casos relativos à diversidade seria o mais adequado. “Mas seria importante que tivesse um poder que não fosse apenas de indicar um posicionamento para que alguma outra instância decidisse. Teria de tomar decisões”, opina sobre uma ação que ele julga que deveria ter participação efetiva de técnicos e estudantes da Universidade. “Soluções são produzidas, mas não são implementadas. Somos objetos de estudo, mas isso não é posto em prática nem dentro da instituição que produz esse conhecimento”, critica.

Na linha proposta por Darlam, a Universidade instituiu em maio passado o Comitê Contra a Intolerância. Integrado por cinco professores de diferentes departamentos, uma estudante, um representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), dois técnico-administrativos e o pró-reitor de Assuntos Estudantis, o grupo é coordenado pelo sociólogo Edilson Nabarro, que também é vice-coordenador da Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFRGS. Ainda que não tenha prerrogativa para punir, o Comitê pretende atuar para facilitar as relações institucionais e auxiliar na resolução de casos de preconceito e discriminação. “Nasce de uma conjuntura grave de acirramento e multiplicação de incidentes de várias naturezas. É uma resposta institucional, que mostra o quanto a UFRGS não tem cumplicidade com esses atos”, discorre Edilson a partir de sua experiência de 43 anos como militante orgânico do movimento negro. Nesse sentido, ele avalia que a Universidade é uma instituição que combate o preconceito institucional em suas duas formas – aquele produzido pelas suas estruturas e aquele que é trazido de fora pelos agentes que a integram. “A UFRGS, aparentemente, tem um quadro conservador, mas a política de cotas veio de uma iniciativa institucional, em 2008, em resposta à pressão de movimentos sociais”, diz sobre uma política de reparação social que só foi obrigatória por força de lei a partir de 2012. E sentencia: “Enfrentar a intolerância é um desafio social permanente”. Para avaliar a dificuldade de tratar dessas questões no contexto brasileiro, ele cita o caso do “racismo à brasileira”, que é silencioso. “O Brasil tem racismo, mas não tem racistas”, ironiza. É preciso, segundo ele, que as reações a isso incluam não só a penalização, mas também a desvitimização de quem sofre: “Se tem vítima, tem lesão. E ela tem de ser curada, no âmbito afetivo, emocional”. “Temos muita briga pela frente. Tem quem não queira que o Comitê aconteça. Querem a omissão da Universidade”, sustenta.

Novos modos de pensar

Os preconceitos são, de modo geral, aprendidos. De acordo com o professor do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Faculdade de Psicologia da UFRGS e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (Nupsex) Henrique Nardi, eles apenas se individualizam no decorrer da história do sujeito. “As pessoas respondem ao contexto social que as produziu. Se temos preconceito racial no Brasil é por que tivemos escravidão, temos diferença de classe e por um tempo o discurso científico referendou essa ideia”, esmiúça sobre processos que, afinal, têm a função social de manter a ordem estabelecida. Como hoje a ciência não mais afiança essas exclusões e hierarquias, tem-se a reação por meio de um pensamento conservador, que busca se legitimar a partir da tradição e da religião. “Quando as diferenças estão muito cristalizadas, elas se naturalizam. Se desnaturalizadas, é possível ver que existem diferenças”, diz. Como consequência, ocorrem reações exaltadas que são proporcionais à maneira como as relações se estabeleceram numa sociedade: “Quanto mais violenta é a imposição das regras, maior é a violência contra quem não se enquadra”. Na avaliação do pesquisador, todas as sociedades que avançaram nesse sentido eram menos desiguais, como Canadá e países do Norte da Europa. “Construíram uma igualdade maior no sentido social e, portanto, nessas outras questões também. Enxergar o outro como igual faz com que se veja a diferença não como algo inferior, mas como diversidade. Diferença não pode justificar desigualdade. Tem de ser pensada como constituinte do humano”, destaca.

Para mostrar o quanto esse pensamento que legitima a desigualdade está presente no contexto universitário, Henrique Nardi cita o trote. Segundo ele, a prática imposta aos calouros contém preconceitos de classe – quando obriga os ingressantes a pedirem dinheiro na sinaleira qual pedintes – e muitas vezes é composta por brincadeiras que pretendem subjugar, inclusive com relação à sexualidade. Nesse sentido, o professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) José Rivair Macedo diz que as manifestações hostis e explícitas na Universidade são expressões da disputa por espaço que já existia antes, mas de forma menos evidente. “A configuração

da Universidade foi alterada com a ampliação do acesso. O monopólio do espaço acadêmico e de formação de uma elite intelectual passou a ser relativizado quando a instituição deixou de ser exclusiva”, pondera. Esse processo permite acesso e empodera os grupos minoritários para pensar e atuar: “Começa a alterar, mesmo que em pequena dimensão, a própria noção de universidade”.

Mudança – Para a professora do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação Maria Aparecida Bergamaschi, o discurso reacionário e as atitudes de ódio emergiram quando o viés transformador apresentou, no Brasil, alguma fragilidade. “Esses grupos conservadores aparecem muito empoderados para dizerem de forma violenta o quanto são preconceituosos. A Universidade tem que ser muito rápida, talvez extrapolar seus entraves burocráticos, para agir de forma mais ágil. Tem de adotar medidas até de caráter punitivo para situações mais violentas”, afirma. Dentro desse escopo de atitudes, mas mais voltadas para ampliar e assegurar a participação e permanência das minorias no espaço universitário, José Rivair cita as ações afirmativas. “Representam uma reversão epistemológica para se pensar a sociedade. Negros, indígenas, mulheres e trans eram tratados apenas como objetos de estudo. Com esse novo lugar, tornam-se atores no processo de explicação da sociedade. Tornam-se agentes. Qualitativamente, essa movimentação acena para um quadro diferente”, preconiza.

Maria Aparecida Bergamaschi observa que a Universidade não tem sabido muito como lidar com as singularidades desses estudantes advindos de grupos minoritários, o que tem causado desistências. Ela pondera, no entanto, que a disposição para refletir sobre o tema já é um ponto de partida importante. “São movimentos que se fazem no andar. Não tem como esperar que a universidade esteja preparada. Existe uma morosidade burocrática e administrativa própria das instituições ocidentais”, avalia sobre a tentativa da UFRGS de sensibilizar a comunidade acadêmica para o tema. José Rivair Macedo faz coro ao dizer que o posicionamento da Universidade diante dessas questões, com medidas disciplinares, já é um fato bastante significativo. “Não alimenta o pensamento de que é possível acontecer esse tipo de manifestação de ódio”, assevera sobre o que ele considera um ambiente privilegiado e que deve ser pautado por reflexão, pensamento e criação.

“Diferença não pode justificar desigualdade. Tem de ser pensada como constituinte do humano.”

Henrique Nardi



Universo Feminino I, 2007
Gesso, plástico e mdf, 25x12x15cm
Foto: Isaias Mattos